

ADMINISTRAÇÃO

Cassações adiam Plano Diretor

Decisão afeta 13 vereadores, gera tensão e atinge projeto do Executivo

Bruno Tavares
Diego Zanchetta

A decisão judicial que cassou 13 vereadores de São Paulo teve efeito imediato na revisão do Plano Diretor, em tramitação na Câmara Municipal desde fevereiro. Na avaliação das principais lideranças da Casa, não existe mais "clima" para que os vereadores definam um calendário de votação neste ano, como queria a base de apoio do prefeito Gilberto Kassab (DEM). O projeto que servirá para reordenar o crescimento da cidade pelos próximos 5 anos é defendido pelo setor imobiliário, acusado de injetar R\$ 10,6 milhões em campanhas eleitorais por meio da Associação Imobiliária Brasileira (AIB). Agora a proposta deve ser levada a plenário em 2011.

O Legislativo paulistano foi abalado na segunda-feira com a decisão da 1ª Zona Eleitoral que cassou o mandato e tornou inelegíveis 13 dos 55 parlamentares. O suplente Quito Formiga (PR) foi declarado inelegível por três anos. Até ontem, quatro deles – Abou Anni, Adilson Amadeu, Wadih Mutran e Formiga – haviam conseguido suspender os efeitos da sentença. O benefício deve ser concedido aos demais. Os recursos serão analisados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).








A AIB é acusada de servir de fachada do Secovi (sindicato da habitação) para fazer doações a políticos. Acusados pela sentença judicial, tanto os vereadores cassados quanto os que ainda aguardam decisão da Justiça Eleitoral temem ser novamente acusados pela opinião pública de agir em favor das empreiteiras. Dos 55 vereadores paulistanos, 29 receberam dinheiro da AIB nas eleições de 2008.

Apesar da certeza de que todos os condenados prosseguirão no cargo até o julgamento final da ação, as lideranças dos principais partidos davam como certo o adiamento do calendário do Plano Diretor. Marcado para ontem, o colégio delibere das bancadas para definir a pauta do último trimestre acabou adiado por causa do tumulto gerado pelas cassações. A sessão de ontem foi esvaziada, sem votação de projetos. Até as 22h30, não havia acordo para a desobstrução da pauta na sessão extraordinária de hoje.

Há três semanas, antes da decisão judicial, o próprio prefeito avisou a base governista para não ter pressa na votação do Plano Diretor, como forma de não criar tensão com as entidades da sociedade civil contrárias ao projeto. Mas o "centrão", bloco político formado por 30 parlamentares do PR, PMDB, PV, PTB e DEM, ainda

OS SUPLENTE

Investigação do MP aponta mais doações irregulares

-  **Aníbal de Freitas (PSDB)**
● R\$ 50 mil da AIB (33,5%)
-  **Aurélio Nomura (PV)**
● R\$ 100 mil da AIB (28,1%)
-  **Edir Sales (DEM)**
● R\$ 100 mil da AIB (23,5%)
-  **Marcio Youssef (PV)**
● R\$ 50 mil da Viação Vale do Tietê (19,3%)
-  **Myryam Athie (PDT)**
● R\$ 50 mil da AIB (13,3%)
● R\$ 30 mil da Christiani Nielsen Engenharia (8,3%)
-  **Nabil Bonduki (PT)**
● R\$ 66 mil da AIB (10%)
● R\$ 50 mil da Cavo Gestão Ambiental (7,6%)
-  **Ronaldo Kolozuk (PPS)**
● R\$ 25 mil da AIB (7,5%)
● R\$ 5 mil do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Cimento
● R\$ 2 mil do Sindicato da Indústria de Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies do Estado de São Paulo

INFOGRÁFICO/AE

pressionava pela votação neste ano. Em 2010, ano eleitoral, dificilmente o projeto será votado, avaliam integrantes do "centrão". As 38 audiências que antecedem o parecer da Comissão de Política Urbana sobre a proposta já foram realizadas. O vereador José Police Neto (PSDB), líder de governo, afirmou ontem não ter previsão para



PAULO PINTO/AE

APOIO - Olímpio (PP) mostra SMS de bispa Sônia a colegas cassados

Promotor acusa 7 suplentes de arrecadação ilícita

... A ofensiva do Ministério Público contra as doações irregulares na campanha atinge também os suplentes a vereadores de São Paulo. Sete deles são acusados de ter feito captações ilícitas, dos quais três ocupam hoje vagas na Câmara Municipal. O único julgado até agora foi Quito Formiga (PR), declarado inelegível por três anos.

Ele ocupa a cadeira deixada por Marcos Cintra, que se licenciou para assumir a Secretaria do Trabalho. Os outros dois suplentes em exercício que correm o risco de ser punidos são Aníbal de Freitas (PSDB) e Edir Sales (DEM). Freitas ocupa a vaga do vereador Ricardo Teixeira (PSDB). Edir já substituiu três vereadores nesta legislatura: Milton Leite, Domingos Dissei e, atualmente, Marco Aurélio Cunha, todos do Democratas.

Caso o juiz eleitoral decida aplicar aos suplentes o mesmo critério adotado para condenar os 14 vereadores, deverão ser punidos Freitas, Edir e Aurélio Nomura (PV). Todos obtiveram só da AIB mais de 20% do total de recursos arrecadados pela campanha.

Outros três suplentes receberam doações da AIB: Myryam Athie (PDT), R\$ 50 mil; Nabil Bonduki (PT), R\$ 66 mil; e Ronaldo Kolozuk (PPS), R\$ 25 mil. Eles também são acusados de se beneficiar de recursos repassados por concessionárias de serviços públicos, assim como Márcio Youssef (PV), que recebeu R\$ 50 mil de uma viação. ● B.T. e D.Z.

apresentar o relatório.

"As chances são mínimas de o projeto ser votado neste ano", afirmou Milton Leite (DEM), aliado de Kassab e um dos principais líderes do "centrão". O vereador, porém, disse que o Executivo manteve a decisão de enviar o projeto para a revisão da Planta Genérica de Valores de Imóveis, o que poderá resultar em aumento do IPTU. A Câmara ainda tem de votar, até dezembro, o Orçamento da cidade para 2010.

O vereador Carlos Apolinário (DEM), um dos cassados e responsável por conduzir as discussões do Plano Diretor, nega que as punições tenham interferido nos rumos do projeto. "Nunca houve pressa para apre-

ciá-lo. Se a sociedade tem dúvidas e não tem pressa, por que nós vamos ter?", questionou.

Já Kassab disse ter prestado "solidariedade" aos vereadores e que confia em nova decisão judicial. O secretário estadual da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira, também defendeu os vereadores. "Estou convencido da legalidade das doações." ●

AGORA SUA EMPRESA VAI FALAR SEM LIMITE COM 40 MILHÕES DE PESSOAS, INCLUSIVE EM DDD E ROAMING. CHEGOU LIBERTY EMPRESA.



- Você e seus funcionários falam à vontade com 40 milhões de pessoas em todo o Brasil.
- Sem limite de tempo e de ligações.
- Valor fixo mensal.
- Roaming e DDD ilimitados.
- As melhores opções de aparelhos sem custo*.

Ligue 0800 741 00 41 e traga sua empresa para uma comunidade livre para falar ilimitado.

POR APENAS
R\$39,00
 /MÊS



Você, sem fronteiras.

Valor promocional válido para os Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo nas adesões feitas até 31 de outubro de 2009 com pelo menos um acesso partilhado de outra operadora. (1) Consulte as condições dos aparelhos com um de nossos consultores de venda no ato da compra. (2) Valor referente aos 12 primeiros meses de contrato. Após esse período, o valor será de R\$ 79,00/mês.